



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



PROJETO DE LEI Nº DE 2020
(Do Senhor Deputado JOÃO CARDOSO – AVANTE)

PL 922/2020

L I D O
Em, 04/02/2020
Secretaria Legislativa

Altera a Lei nº 4.837, de 22 de maio de 2012, que "Dispõe sobre a instituição da política de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do Distrito Federal e dá outras providências."

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso IX e parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 4.837, de 22 de maio de 2012:

Art. 6º.....
(....)

IX – incentivar a criação de patrulhas de caráter voluntário constituídas por alunos, cuja finalidade é atuar na conscientização, prevenção e combate ao *bullying* nos estabelecimentos de ensino de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A criação e o funcionamento das patrulhas previstas no inciso IX deste artigo, podem contar com o apoio da direção e professores dos estabelecimentos de ensino, associações de pais, alunos e mestres e grêmios estudantis, quando houver.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo
Folha Nº _____

JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922/2020
Folha Nº 01

O presente Projeto de Lei tem por finalidade contribuir para a prevenção e o combate ao *bullying* nos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, públicos e privados, por meio do incentivo à criação de patrulhas de caráter voluntário



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO**



formadas por alunos, de maneira fazer com que eles voluntariamente atuem no enfrentamento desse mal que tem causado sérios danos físicos e psicológicos a colegas de escola que são vítimas de intimidação sistemática no próprio ambiente de aprendizado. Sobre esse tema trazemos aqui a caracterização do *bullying* conforme a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, cujo art. 2º dispõe:

*"Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:*

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos;

VI - expressões preconceituosas;

VII - isolamento social consciente e premeditado;

VIII - pilhérias.

*Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial."*

Setor Protocolo Legislativo

SEMI-FEITO

Folha Nº _____

Adiante, em seu art. 3º, a referida norma federal classifica o *bullying* da seguinte forma:

*"Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:*

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social."

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 922/2020

Folha Nº 028

Matéria veiculada em 2017 no jornal El País, escrita pela jornalista Olga Carmona, traça de forma irretocável os efeitos malignos do *bullying*, como ele produz resultados aterradores nas vidas das vítimas, mesmo quando adultas. Vejamos então o que diz a mencionada matéria:



"Os efeitos irreversíveis do bullying e o perigo de dizer "é coisa de criança"

É necessária uma reflexão profunda, uma revisão dos modelos com os quais educamos nossos filhos

É com uma assiduidade assustadora que ouvimos notícias de um menino ou uma menina que são hospitalizados por terem sido vítimas de maus tratos na escola --o bullying.

É preciso chegar ao extremo de uma situação em que a vida de uma criança corre risco, seja por conta de um espancamento, seja por uma tentativa fracassada de suicídio, para que, levados pelo horror e pela incompreensão, pensemos sobre o velho discurso do "é coisa de criança" que nós, adultos, produzimos ao mesmo tempo em que desviamos os olhos para outra coisa qualquer. "A vida inteira sempre foi assim", "sempre houve e sempre haverá fortes e fracos", "não se meta nisso", "se te pegarem, devolve na mesma moeda"...

Um empurrão súbito e que se repete. Um xingamento ao entrar na classe, uma risada de zombaria com o dedo indicando a vítima, um apelido humilhante – tudo isso se chama violência. Chama-se mau trato entre iguais.

A ONG Save the Children, voltada para a infância, tem a seguinte definição: "A violência contra a infância é definida como a ação ou a omissão que produz dano e que ocorre em uma situação de impossibilidade de defesa ou de desequilíbrio de forças". O bullying é o mau trato físico e/ou psicológico deliberado e contínuo no tempo recebido por uma criança ou adolescente da parte de outros, com o único objetivo de prejudicá-lo e submetê-lo, a fim de alcançar um objetivo determinado ou simplesmente para satisfazer o impulso violento do agressor. Pode significar silêncio, ameaças, agressões físicas, gozações, rechaço, exclusão. Costuma ser iniciado e liderado por uma outra criança e seguido por um grupo de cúmplices, que se tornam necessários. Algumas têm parte ativa, seguindo as instruções do agressor, enquanto os demais, a grande maioria, preferem olhar para outro lado a fim de "não se meter com problemas". A vítima se sente só e muito indefesa, enquanto os adultos referenciais, ou seja, pais e professores dão pouca importância às queixas da criança agredida ou nem sequer ficam sabendo do ocorrido.

É verdade que o assédio escolar sempre existiu e que suas causas não se alteraram muito com o passar do tempo. Ataca-se o diferente: a criança que usa óculos, o gordinho, o estudioso, o mais fraco. As estatísticas mostram, porém, um aumento importante do número de casos e a existência de uma

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 922/2020

Folha Nº 03



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



nova forma de assédio que só poderia mesmo existir nos dias de hoje e que deixa a vítima sem qualquer escapatória: o assédio cibernético.

São inúmeras as causas do bullying. Ambientes socioeconômicos e culturais mais carentes são mais propensos a ele, bem como a exposição das crianças e adolescentes a conteúdos audiovisuais violentos, a ausência dos pais na educação ou a existência de pais violentos. Simplificando bastante, pode-se dizer que a causa mais propícia ao surgimento da conduta violência é uma educação principal calcada na ausência de limites, basicamente punitiva, por meio da qual se castiga mediante ameaças, intimidações, ou agressão física direta, e a partir da qual a criança interioriza que a violência é uma forma aceitável para se atingir um objetivo. Um menino educado à base de violência física ou psíquica aprenderá de forma inconsciente a vê-la como algo normal, e sem dúvida a exercerá contra os outros.

O agressor não aprendeu a gerar empatia nem foi educado à luz da ética e dos valores necessários para se respeitar as diferenças. Costuma ter autoestima fraca, que requer reforços vindos de fora (daí a necessidade de exhibir os maus tratos). Tende a ser impulsivo, egocêntrico, com resultados escolares ruins. Pelas estatísticas, tem grande chance de que provenha de um ambiente sociocultural inferior.

Como educadores e pais, temos de estar atentos para uma série de sintomas por meio dos quais podemos detectar quando uma criança está sendo vítima de assédio:

- Mudanças de comportamento, tais como ansiedade, tristeza, irritabilidade, apatia, insônia, pesadelos, verbalização de culpas, comportamentos de fuga, perda de autocontrole, choro frequente, recusa em ir à escola, queda brusca do rendimento escolar, somatizações como dor de cabeça, de barriga, vontade de vomitar.
- Não quer participar de excursões ou atividades da escola.
- Não se relaciona com seus colegas.

As consequências do assédio escolar são devastadoras. À opinião pública chegam apenas os casos que acabam em um hospital ou cemitério, mas não os outros, aqueles em que a criança sobrevive aos maus tratos com sequelas que, em alguns casos, perduram para o resto da vida. Sequelas que destroem a autoestima da vítima, afetando seu rendimento escolar, suas relações presentes e futuras, sua visão de mundo. A maioria das crianças que sofreram assédio escolar apresentam Transtorno por Estresse Pós-traumático (TEPT), Ansiedade Generalizada, tendência à depressão. Cabe acrescentar que os efeitos não se limitam ao momento presente da vítima, contaminando sua infância de forma irreversível. Eles avançam para sua vida adulta, como demonstram vários estudos, cujas conclusões atestam uma relação entre o estresse sofrido a partir do assédio escolar e a tendência a contrair doenças físicas (doenças metabólicas e cardiovasculares) e psiquiátricas, como transtornos de alimentação, uso

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922 / 2020
Folha Nº 04



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



abusivo de álcool e outras substâncias tóxicas, depressão e até mesmo alguns tipos de cânceres.

É preciso haver uma reflexão profunda, uma revisão dos modelos nos quais educamos os nossos filhos. Os casos de assédio em que o agressor tem uma personalidade disfuncional ou algum transtorno psiquiátrico constituem exceções. Na maioria dos casos, trata-se da expressão de um sintoma, a ponta do iceberg de uma sociedade desconectada, individualista e egocêntrica que educa com base na filosofia do "não tenho nada a ver com isso" e que procura, acima de qualquer outro valor, apenas a comodidade. Uma sociedade que deixa os filhos sozinhos, para que outros os eduquem para nós, que não tem tempo para eles, que vive desconectada de si mesma e dos demais e que banalizou o uso de formas sutis de violência para se atingir uma finalidade.

Quero encerrar com algumas palavras extraídas da carta que Diego, 11 anos, vítima de assédio escolar, deixou aos seus pais antes de cometer suicídio:

"Por favor, espero que vocês um dia possam me odiar um pouquinho menos"

Ou seja, o *bullying* deve ser combatido com firmeza, de maneira a se proteger as crianças que frequentam as escolas públicas ou privadas do Distrito Federal, evitando, adiante, que as vítimas venham a se tornar adultos problemáticos, ou que sequer cheguem a isso, visto os casos de suicídio ocorridos na tenra idade em razão disso, como o do menino Diego, de 11 anos, relatado na matéria do jornal El País.

Existem escolas que já contam com ações nesse sentido, qual seja a formação de grupos de alunos que atuam na conscientização, prevenção e combate ao *bullying*, e com excelentes resultados. Essa prática, partindo dos próprios alunos, tem muito mais efeito positivo do que a possibilidade de punição para os detratores, visto que são colegas cuidando de colegas, e não pessoas estranhas ao relacionamento estudantil. É óbvio, ainda, que esse tipo de ação tende a fortalecer os laços de amizade entre os alunos, induzindo a formação de uma consciência coletiva do bem, ou melhor, uma corrente do bem, mesmo porque o bem não atrai o mal, apenas e unicamente ele mesmo.

Quanto ao aspecto legal da matéria, observemos que a própria lei que se propõe alterar por meio do presente projeto de lei teve iniciativa no Parlamento do Distrito Federal, com autoria dos Deputados Cristiano Araújo e Agaciel Maia, tendo sido sancionada pelo então Governador Agnelo Queiroz. Por conta disso não há que se falar em vício de iniciativa, formal ou material, o que nos leva a requerer para aprovação desta proposição a fundamentação que resultou no êxito do PL 156/2011,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



o qual findou aprovado pelo conjunto de Deputados Distritais, posteriormente sancionado e convertido na Lei nº 4.837/2012.

Diante de todo o exposto, rogo aos ilustríssimos Pares o imprescindível apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em.....

Deputado JOÃO CARDOSO
Autor

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922 / 2020
Folha Nº 06



Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF

LEI Nº 4.837, DE 22 DE MAIO DE 2012

(Autoria do Projeto: Deputado Cristiano Araújo e Agaciel Maia)

Dispõe sobre a instituição da política de conscientização, prevenção e combate ao bullying nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a política de conscientização, prevenção e combate ao bullying nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada do Distrito Federal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se bullying a violência física ou psicológica, praticada intencionalmente e de maneira continuada, de índole cruel e de cunho intimidador e vexatório, por um ou mais alunos, contra um ou mais colegas em situação de fragilidade, com o objetivo deliberado de agredir, intimidar, humilhar, causar sofrimento e dano físico ou moral à vítima.

Art. 3º São considerados práticas de bullying as ações e os comportamentos a seguir descritos, promovidos por aluno ou grupo de alunos:

I – agredir física ou psicologicamente, de maneira reiterada, aluno em situação de hipossuficiência em relação ao agressor;

II – fazer comentário ofensivo à honra e à reputação de aluno ou propalá-lo, inclusive pela internet e por meio de mídias sociais, de maneira a potencializar o dano causado ao estudante ofendido;

III – utilizar expressões ofensivas e preconceituosas que revelem intolerância racial, religiosa,

sexual, política, cultural e socioeconômica no trato com outros estudantes;

IV – praticar, induzir ou incitar o preconceito ou adotar atitudes tendentes a promover o isolamento social de aluno;

V – perseguir, dominar, tyrannizar, incomodar, manipular, agredir, ferir e quebrar pertences de estudantes;

VI – danificar, furtar ou roubar bens de alunos;

VII – utilizar a internet para incitar a prática de atos de violência física ou psicológica contra alunos.

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 922 / 2020

Folha Nº 076

Art. 4º Na hipótese de ocorrência de alguma das práticas descritas nos arts. 2º e 3º desta Lei, a vítima do bullying, seus pais, representantes legais, ou qualquer pessoa que tenha conhecimento dos fatos poderão formalizar a denúncia perante os seguintes órgãos públicos e instituições:

I – a direção da escola pública ou privada na qual estejam matriculados os envolvidos na denúncia, sejam autores ou vítimas do bullying;

II – a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

III – o Conselho Tutelar competente;

IV – o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – a Polícia Civil do Distrito Federal, em caso de atos tipificados como crime pela legislação penal ou ato infracional, conforme disposto na Lei Federal nº 8.069, de 3 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente.

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922 / 2020
Folha Nº 07 (Juvv) 8

Art. 5º A direção da escola pública ou privada, ao tomar conhecimento da denúncia de bullying que envolva estudantes sob a sua responsabilidade, instaurará imediatamente procedimento administrativo para apuração dos fatos e das circunstâncias noticiadas, devendo ser concluído o procedimento e adotadas as providências cabíveis no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

Parágrafo único. O disposto no caput não impede a adoção de medidas administrativas, pedagógicas e disciplinares, imediatas e urgentes, pela direção do estabelecimento de ensino, a fim de resguardar a vítima.

Art. 6º No âmbito da política de conscientização, prevenção e combate ao bullying na rede escolar pública e privada do Distrito Federal, instituída por esta Lei, fica o Poder Público obrigado a desenvolver as seguintes ações, com o objetivo principal de reduzir a prática da violência nos estabelecimentos de ensino e promover a melhora do desempenho escolar:

I – tornar público o debate sobre as principais causas e consequências decorrentes da prática do bullying nos estabelecimentos de ensino;

II – realizar pesquisas a fim de identificar os fatores que estimulam e fomentam a prática do bullying nas escolas com vistas à implementação de ações preventivas e repressivas a tal prática;

III – capacitar os profissionais da educação pública para a identificação do bullying, possibilitando a imediata adoção de medidas administrativas, pedagógicas e disciplinares de desestímulo e combate a tal comportamento;

IV – exigir dos estabelecimentos privados de ensino a realização de programas de prevenção ao bullying;

V – atender e orientar os envolvidos, seus pais e responsáveis legais, a fim de conscientizá-los sobre as consequências danosas do bullying, além de esclarecê-los sobre as sanções administrativas e disciplinares;

VI – criar mecanismos de envolvimento da família na política de conscientização, prevenção e combate ao bullying;

VII – criar registro próprio dos casos de bullying em cada estabelecimento de ensino, de modo a possibilitar o conhecimento e o acompanhamento do problema, proibida a divulgação dessas informações ou de outras que exponham a privacidade de alunos e profissionais da educação, evitando-se a exposição e a estigmatização das pessoas envolvidas;

VIII – organizar, em cada escola, conselhos de segurança escolar ou grupos equivalentes, compostos por profissionais da educação, alunos, pais e responsáveis legais, com vistas à

realização de seminários, palestras e debates, à distribuição de material didático especializado e à concretização de ações de integração de toda a comunidade escolar na prevenção e no combate ao bullying.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 2012

124º da República e 53º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 24/05/2012.

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922/2020
Folha Nº 08



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Assunto: Distribuição do **Projeto de Lei nº 922/20** que “Altera a Lei nº 4.837, de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre a instituição da política de conscientização, prevenção e combate ao bullying nos estabelecimentos da rede privada de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Autoria: Deputado (a) João Cardoso (AVANTE)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, e em análise de mérito, na **CESC** (RICL, art. 69, I, “b”), e, em análise de admissibilidade na **CCJ** (RICL, art. 63, I).

Em 06/02/20

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 922 / 2020
Folha Nº 09